

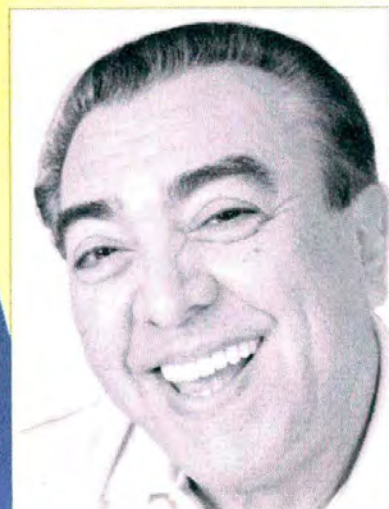
DF LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO IX Nº 111/116
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Impresso
444/2003/DR/BSB
CÂMARA
LEGISLATIVA
...CORREIOS...

Maurício de Sousa



Brasília

45 anos

Patrimônio
da humanidade

Gênio
da
história
em
quadrinhos



© MSP

O ano dos cinquentenários

No ano que se finda, Getúlio Dornelles Vargas foi reverenciado pelo cinquentenário do seu suicídio e pelo que fez pelo Brasil, emulando as bases sociais e econômicas de um Estado Nacional moderno que rompeu com a estrutura agrária de uma dependente monocultura. No entanto, não se fez justiça à participação do seu governo no cumprimento do primado constitucional da localização, demarcação e transferência da Capital Federal para o Planalto Central brasileiro.

No dia 8 de junho de 1953, o presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 32.976, que criou a Comissão de Localização da Nova Capital Federal para proceder aos estudos definitivos para a escolha do sítio e da área da nova capital e, por conseqüência, do Distrito Federal. Vargas nomeou para a presidência da Comissão o general Agnaldo Caiado de Castro, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

Imediatamente após ser empossado, o general Agnaldo Caiado de Castro contratou a Cruzeiro do Sul Aerofotogrametria para proceder ao levantamento aerofotogramétrico do Retângulo do Congresso (os 52.000 quilômetros quadrados autorizados pelo Congresso Nacional), na área compreendida entre os paralelos sul 15° 30" e 17° e os meridianos W.Gr. 46° 30". Em janeiro de 1954 a Cruzeiro do Sul concluiu os trabalhos de aerofotogrametria e já no dia 25 de fevereiro a empresa



Donald J. Belcher and Associates Incorporated, sediada em Ithaca, Estados Unidos da América, foi contratada para proceder aos estudos de fotoanálise e de fotointerpretação para a seleção dos sítios mais favoráveis à localização da nova capital federal na área definida pela Lei nº 1.803, de 5 de janeiro de 1953, que passou à história como o "Retângulo do Congresso".

Getúlio Vargas suicida-se em 24 de agosto de 1954 e assume a Presidência da República o vice-presidente João Café Filho.

“ Se está
na Constituição, eu vou
transferir ”

Juscelino Kubitschek



***Foto de 4 abril de 1955
em Jataí-GO, quando,
em visita à cidade, Juscelino
prometeu mudar
a Capital do Brasil
para o Planalto Central***

Demitido o general Agnaldo Caiado de Castro, Café Filho convidou o marechal José Pessoa para presidir a Comissão de Localização da Nova Capital, que imediatamente reconhece a qualidade técnica e científica dos trabalhos da empresa Donald Belcher e a importância deles para abreviar o tempo da escolha para o local da edificação da futura Capital da República, providenciando ainda o pagamento das prestações atrasadas devidas à empresa americana.

No dia 5 de fevereiro de 1955, o vice-governador de Goiás, Bernardo Sayão, esperava em Planaltina o marechal José Pessoa, o seu ajudante-de-ordens e secretário da Comissão, capitão Ernesto Silva, e o marechal Mário Travassos, com um comboio de seis jeeps. Depois de andar pelo cerrado por mais de quatro horas, chegaram ao ponto mais alto do Sítio Castanho (1.172 metros), onde é hoje o Cruzeiro, no Eixo Monumental, próximo ao Memorial JK. No dizer do doutor Ernesto Silva, ali “é a pedra fundamental de Brasília”.

De volta ao Rio de Janeiro, o

marechal Pessoa designou uma subcomissão para fixar os critérios e normas técnicas para a comparação dos vários locais no “Retângulo do Congresso” e a seleção dos cinco sítios elaborados pelo Relatório Belcher. Durante o mês de março de 1955, três engenheiros desta subcomissão passaram a fazer manobras dilatórias para prolongar, por tempo indeterminado, a escolha imediata do sítio definitivo. Sentindo essas manobras, Ernesto Silva, que era o secretário da Comissão de Localização, alertou o marechal Pessoa, e este decidiu ampliar a subcomissão, nomeando o engenheiro Raul Pena Firme como relator. Numa coincidência metafísica, no dia 4 de abril de 1955, à mesma hora em que Raul Pena Firme apresentava à Comissão as normas técnicas com base na Lei nº 1.803, de 5 de

janeiro de 1953, para o julgamento do melhor sítio dentre os cinco apresentados pela Donald Belcher, Juscelino Kubitschek de Oliveira fazia o seu primeiro comício de campanha à Presidência da República em Jataí, Goiás, e era questionado por Antônio Soares Neto, o Toniquinho, se iria cumprir a Constituição Federal. Ao responder afirmativamente, Toniquinho retrucou a JK: “Então o senhor vai transferir a Capital Federal para o Planalto Central!!!”. Juscelino Kubitschek ficou paralisado por quase um minuto, respondendo em seguida: “Se está na Constituição, eu vou transferir”.

Nesse momento, Brasília passou a ser a “Meta Síntese” do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

No dia 15 de abril de 1955, já com os critérios elaborados pelo relator Raul Pena Firme, realizou-se a reunião que decidiu oficialmente pelo Sítio Castanho, onde hoje está edificada Brasília.

O marechal José Pessoa solicitou então uma audiência ao presidente da República, Café Filho, e é recebido no dia 28 de abril de 1955. Após expor todo o arrazoado

do legal e técnico da escolha do Sítio do Castanho, solicita que o presidente da República baixe um decreto declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, o perímetro a se constituir o Distrito Federal.

Café Filho, aliado da UDN e dos antimudancistas, nega-se a mandar elaborar o decreto de desapropriação. Ato contínuo, em 29 de abril, o marechal Pessoa solicita um avião ao ministro da Aeronáutica e, acompanhado apenas de Ernesto Silva, se dirige a Goiânia. No dia seguinte, em audiência com o governador de Goiás, Juca Ludovico de Almeida, expõe o impasse e faz um apelo para que o Estado de Goiás, através de decreto estadual, declarasse de utilidade pública, para efeito de desapropriação, todas as terras dentro do perímetro já definido do futuro Distrito Federal.

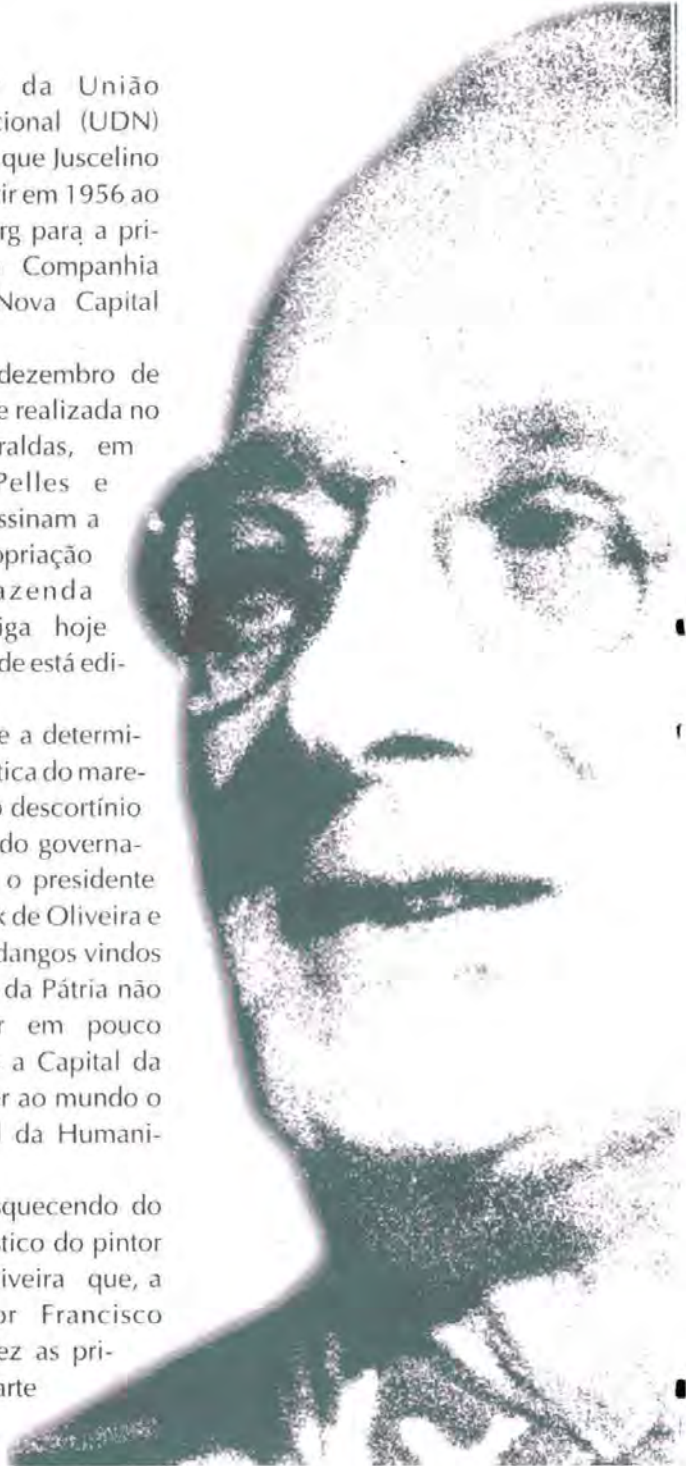
Juca Ludovico faz a história avançar. Chama os procuradores Jorge de Moraes Jardim e Segismundo de Araújo Melo e estes propõem que fossem chamados os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, favoráveis ao Movimento Mudancista, para buscar uma solução jurídica. As discussões arrastam-se até as três horas da manhã do dia 1º de maio e decide-se pela criação da Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal. Numa manobra política magistral, Juca Ludovico nomeia para presidir a Comissão o médico Altamiro de Moura

Pacheco, prócer da União Democrática Nacional (UDN) em Goiás, manobra que Juscelino Kubitschek iria repetir em 1956 ao nomear Iris Meinberg para a primeira diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

No dia 30 de dezembro de 1955, em solenidade realizada no Palácio das Esmeraldas, em Goiânia, Jorge Pelles e Jerônimo da Silva assinam a escritura de desapropriação amigável da Fazenda Bananal, que abriga hoje quase toda a área onde está edificada Brasília.

Sem a coragem e a determinação pessoal e política do marechal José Pessoa e o descortínio político e histórico do governador Juca Ludovico, o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e os milhares de candangos vindos de todos os rincões da Pátria não poderiam construir em pouco mais de 1.000 dias a Capital da República e oferecer ao mundo o Patrimônio Cultural da Humanidade que é Brasília.

Quase ia me esquecendo do cinquentenário artístico do pintor e muralista D. J. Oliveira que, a pedido do doutor Francisco Manoel Brandão, fez as primeiras obras de arte para os construtores da cidade, no Restaurante do SAPS na Candangolândia e que, inquestionavelmente, são o batismo cultural do Distrito Federal.



Marechal José Pessoa

Jarbas Silva Marques, Diretor de Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado de Cultura do GDF e Segundo Vice-Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal.

